

A Educação Infantil foi para a Escola, E Agora?
Introdução da Gestão Escolar na Educação Infantil,
de Marta Fresneda Tomé

Jundiaí: Paco Editorial, 2014. 124 p.

Eunice Ramos de Carvalho Fernandes

Mestranda do Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais da Universidade Nove de Julho (PROGEPE/UNINOVE). Graduada em Pedagogia com especialização em Psicopedagogia. Possui experiência de trinta anos na educação e, atualmente, é coordenadora de uma escola particular de Educação Infantil.

O livro *A Educação Infantil foi para a Escola, E Agora?* é fruto da tese de doutorado de Marta Fresneda Tomé e tem como objetivo apresentar uma revisão do pensamento em gestão escolar e Educação Infantil, elaborado por pesquisadores educacionais e presentes nas políticas públicas brasileiras na primeira década do século XXI. Tomé descortina sua obra à luz do referencial teórico da pedagogia histórico-crítica na perspectiva de Demerval Saviani. Neste livro há três capítulos, nos quais a autora demonstra os resultados do percurso de investigação do pensamento legal e científico.

O primeiro capítulo intitulado “O Híbridismo das Lógicas Democrática e Gerencial na Gestão da Escola Pública no Brasil” faz inicialmente uma breve discussão sobre a gestão na legislação educacional brasileira após o surgimento dos seguintes documentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei n.º 9394/96), o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001) e o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE, 2007), defendendo a importância do conhecimento das normalizações para a compreensão crítica das organizações escolares. Parte dos princípios presentes na Constituição Federal, passando pelo Plano de Reforma do Aparelho do Estado, e aponta como as políticas governamentais foram se desenvolvendo de modo a culminar na formulação das políticas para a Educação Infantil.

Na sequência, versa sobre o pensamento científico, fundamentando-se em livros dos autores Adrião, Garcia, Borch, Arelaro (2009), Andrade e Oliveira (2004), Veiga-Neto (2001) e Apple (2001), em artigos científicos, identificando

que o novo modelo de gestão, de lógica gerencial na administração da escola pública, desconsiderou o contexto concreto das escolas, tendo como consequência a expansão do sistema de ensino sem o devido investimento do Estado.

No segundo capítulo, designado “A Especificidade do Trabalho em Creches e Pré-escolas no Pensamento em Educação Infantil”, a autora defende a tese de que a atenção à especificidade da prática social em Educação Infantil se deve à participação dos pesquisadores na elaboração de documentos oficiais sobre o nível de educação básica observadas nas publicações do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Discorre sobre a trajetória da elaboração das leis para a Educação Infantil, analisando primeiramente o conceito de infância como um conceito historicamente construído, cuja noção vem mudando socialmente, como o conceito de criança, entendido como sendo também produtora de cultura. E, assim, a criança passou a ser vista perante a legislação como sujeito de direitos, produtora de cultura no meio social em que está inserida. Para isso traz à discussão o artigo 29 da LDBEN (1996) que promove o “[...] desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade”.

Expõe que a referida lei torna obrigatória a matrícula da criança com seis anos de idade no Ensino Fundamental de nove anos. Demonstra que a justificativa, de acordo com os dispositivos legais, era a necessidade de melhorar os índices de aprendizagem das crianças brasileiras nas avaliações internacionais, como demonstrado pela autora em um gráfico apresentado sobre as notas da Provinha Brasil. Porém os dados mostram que a entrada da criança mais cedo no Ensino Infantil não significa a melhoria do nível de aprendizagem.

Analisa, à luz do documento “Política Nacional de Educação Infantil” (2006), a implementação das creches e pré-escolas, a oferta de vagas, as práticas pedagógicas, os currículos, a avaliação das crianças, os recursos e a gestão democrática.

A autora retoma a discussão do primeiro capítulo sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE (2009), apontando que tal política aumentou a autonomia das instituições que atendem as crianças pequenas e comenta a respeito do controle de qualidade exercido pelo Estado como órgão regulador e avaliador.

Examina o documento intitulado “Indicadores de Qualidade na Educação Infantil” para esclarecer sobre a formação dos professores e demais técnicos da

Educação Infantil, como também faz uso dos “Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil” para explanar sobre o papel do diretor.

Na sequência, a autora menciona a consolidação de uma nova disciplina: a Pedagogia da Educação Infantil a partir da busca pela compreensão da gestão neste campo e ainda discute a formação e a peculiaridade do professor da pré-escola, e monitores e auxiliares da creche e também sobre a comunidade na gestão democrática. Para tanto, se ancora em autores como: Kishimoto (2005), Kramer (2006), Campos, Fülgraf, Wiggers (2006), Rosemberg (2011), entre outros. E encerra este capítulo concluindo que pouco se conhece sobre os atores das creches e pré-escolas no nosso país.

Já no capítulo 3 – “Uma Introdução à Gestão Institucional na Educação Infantil” – Tomé aborda sobre a gestão de creches e pré-escola em uma perspectiva crítica, partindo do pressuposto que o conhecimento é um produto social com sua historicidade, portanto evidencia que é possível a emancipação social. Logo, lança questões de como pensar a educação no interior delas, quando os atendimentos ainda não foram democratizados.

Mostra que uma das consequências da gestão gerencial está relacionada com a despolitização do professor. Fato percebido e contrariado pela comunidade científica, porque a lógica da gestão gerencial não conduz, segundo a autora, à prática emancipatória e sim à dominação da população. Versa ainda que cabe à gestão escolar construir pontes entre a concepção política, pedagógica e administrativa para mobilizar os autores sociais que fazem educação, exigindo a participação da sociedade civil e do Estado na concepção de uma educação pública de qualidade social.

Também apresenta os conteúdos instrumentais que se caracterizam pela ação da mediação e objetivam concretizar a função social das instituições de Educação Infantil, de acordo com os documentos legais e pensadores da educação no Brasil. Segundo a autora será necessário maior investimento financeiro do Estado para mudar a atual situação e o envolvimento da sociedade civil no sentido de exigir a melhoria do atendimento público em Educação Infantil financiado pelo Estado como um direito social.

Tomé finaliza o capítulo analisando o professor de Educação Infantil à vista da legislação, com relação à formação, ao salário, o envolvimento político, e menciona que é imprescindível valorizar os professores e compreendê-los como mediadores entre a criança e o conhecimento. Portanto, é necessário investir na

formação desses profissionais de modo a melhorar a realidade das instituições de Ensino Infantil. Também discorre sobre a figura do diretor demonstrando que a descentralização da gestão afastou o diretor das atribuições pedagógicas ao sobrecarregá-lo com atividades burocráticas exigidas pelo Estado, distanciando, assim, esse profissional de uma prática emancipadora junto aos demais atores sociais da instituição educativa.

E assim, sintetiza afirmando que o padrão de gestão institucional de creches e pré-escolas, após sua integração ao sistema de ensino, assemelhou-se ao dos demais níveis de educação básica e por isso defende a necessidade de investigação das relações de poder no interior das creches e pré-escolas para estabelecimento de práticas e gestão efetivamente emancipatórias.

Trata-se de uma obra fundamental para o auxílio na busca de um instrumento compactado sobre gestão de creches e pré-escolas com informações atualizadas e fundamentadas no contexto social do Brasil, proporcionando reflexões sobre a administração pedagógica nessas instituições de ensino. Também oferece um olhar crítico sobre a posição ocupada pela criança na gestão participativa, haja vista que o ingresso das crianças a partir de quatro anos de idade tornou-se obrigatória na educação básica brasileira.